**SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIA**

**E PESSOA IDOSA**

# ATA DA REUNIÃO DO MÊS DEZEMBRO DE 2024 DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDM/PR

No terceiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às 9 horas e quinze minutos em segunda chamada, no formato presencial na Sala de Situação no 4° andar do Palácio das Araucárias sito a Rua Jacy Loureiro s/n e por web conferência pela plataforma do Google Meet com Link: meet.google.com/byu-mcun-geo, deu-se início a reunião ordinária do CEDM. Estavam presentes; **Conselheiras Representantes Governamentais**: Titular: Mariana de Sousa Machado Neris (SEMIPI); Suplente: Adriana Siuta Lemos (SEMIPI); Titular: Andrea Mary Cuéllar Tramujas (SEEC); Titular: Jussara Fátima Ribeiro (SEAB); Titular: Maria Lúcia Raimondo (SETI); Titular: Walquiria Onete Gomes (SEED); Titular: Jane Cristina Lobato Vasques (SEJU); Suplente: Mariluce Santos de Pontes Gogosz (SETR); Titular: Carolina Bolfe Poliquesi (SESA); Suplente: Kelly Helena Correia Klein (SESA); Titular: Joselli Colaço (Casa Civil); Suplente: Eduarda Souza de Moura (SEDEF); Titular: Cristina Viana de Jesus (SEPL); Suplente: Lenise Rosseto da Silva (SEPL); Suplente: Andriele Benato de Souza (SECID); Titular: Luciana de Novaes (SESP); **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil**: Titular: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM); Suplente: Fernanda Queiroz (FMPR); Titular: Tais Adams Gramowski (APP/Sindicato); Suplente: Celina do Carmo da Silva Wotcoski (APP/Sindicato); Titular: Carmen Regina Ribeiro (RFS); Suplente: Sueli Aparecida Castilho Caparroz (RFS); Titular: Márcia Aparecida de Oliveira Neves (CUT); Titular: Ivanete Paulino Xavier (RMN); Suplente: Ana Claudia Justino Sérgio Gianni (RMN); Titular: Rosalina Batista (ASSEMPA); Suplente: Silvana Rausis Fcachenco (ASSEMPA); Titular: Terezinha Andrade Possebom (HUMSOL); Titular: Maria Inez Barboza Marques (UNESPAR); Titular: Bruna Ravena Braga dos Santos (Casa de Malhu); Suplente: Maria Isabel Del Valle Fernandez Rodriguez (Ação Social Irmandade sem Fronteiras); **Colaboradoras(es) e Convidadas(os)**: Gessica Greschuk Ribeiro; Fernanda Cristina Heberle; Carmen Zadra; Priscila Alves da Silva; Sionara de Paula; Anelise Bonatto; Priscila Delgrobo Espindola; Deise Tokano; Helena Grassi Fontana; Giuliana Karoline Gressinger Gomes Mann; Nadia de Oliveira; Lucimar Camilo; Fatima Ikiko Yokohama; Margarete Lopes Iung; Wendy Moreira de Lima; Larissa Sayuri; Niedja Nascimento; Pamela Ribeiro Velho; Suhelen Cristina de Oliveira de Souza; Taise Alessandra Passos; item um; **1) Boas vindas da Presidente:** A Presidente Ivanete Paulino Xavier deseja um bom dia a todas e todos que estão presencial e também no formato virtual, deseja boas vindas para as novas Conselheiras Titular Walquiria Onete Gomes da SEED e Suplente Kelly Helena Correia Klein da SESA, agradece as Conselheiras que estiveram presentes ontem no jantar de confraternização, um momento muito único onde puderam estar juntas comemorando muitas conquistas e declara aberta a reunião; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** A Presidente Ivanete faz a leitura da pauta, a Assessora Técnica da SEMIPI Carmen Zadra pede a palavra e solicita a inclusão das pautas, Alteração da Deliberação n°08 de 2024 referente a compra dos veículos para OPMs e Atualização dos municípios, adesão do fundo a fundo a ser tratada no Relato da Comissão de Planejamento e Orçamento, todas aprovam a pauta; item três; **3) Aprovação da Ata da Reunião Ordinária e Extraordinária do mês de novembro de 2024:** Atas sem contribuições, aprovadas; item quatro; **4) Informes da Secretaria Executiva**: A Secretária Executiva Kaomi Maltez Alves deseja um bom dia a todas e todos, justifica a ausência na reunião de hoje da Conselheira Mariana Silva da Costa da SETR por estar participando do Congresso de Governança Pública da Controladoria Geral do Estado, inicia os informes falando que foi agendada Reunião entre o CEDM/PR com a Reitora Marta Favaro da UEL no dia 04 de dezembro as 14:00 horas no gabinete da Reitora, recebido o comunicado da 10ª reunião ordinária do Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura da Paz a ser realizada no dia 13/11/2024, no período das 14 as 16 horas por videoconferência, enviado o comunicado para a Conselheira Maria Isabel que

representa o CEDM no mesmo, recebido convite do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mandaguari para participar do evento “Mandaguari Por Elas 21 dias de Consciência e Transformação” de 20 de novembro a 10 de dezembro, enviado para todas as Conselheiras, recebido carta convite da Cantora Mara Lima, lançamento do livro “Louvores Eternos – 52 devocionais, inspiradoras em canções, para meditar e adorar a Deus” no dia 07 de Dezembro às 15 horas na Livraria da Vila no Shopping Barigui, informa os ofícios recebidos: Ofício n°002/2024 do Grupo Dignidade solicitando informações a cerca do pedido de desincompatibilização da Conselheira Margarete Lopes Iung bem como as faltas da titular e suplente nas reuniões do CEDM/PR, Ofício s/n° referente a justificativa de ausências de participação da Conselheira Margarete Lopes Iung nas reuniões do CEDM/PR, Ofício n°2519/2024 do Gabinete da SEMIPI convidando para o evento "E se as Mulheres Projetassem a Cidade?", que acontecerá no dia 04 de dezembro, no Museu Oscar Niemeyer (MON), Ofício n°07/2024 do Grupo Dignidade indicando novas Conselheiras para representar a entidade no CEDM/PR e Ofício n° 0162/2024 do Gabinete da Secretária/SEMIPI convidando para Reunião Técnica “O CRAM na Prática”, que acontecerá nos dias 05 e 06 de dezembro de 2024, preferencialmente com a participação na modalidade presencial que será realizada na Escola de Saúde Pública do Paraná, Rua Doutor Dante Romanó, 120 (Antiga Travessa "F") Tarumã, Curitiba/PR, continua os informes falando agora dos ofícios enviados, Ofício n°146/2024 referente a solicitação de reunião com a Reitora Marta Favaro da UEL, Ofício n°147/2024 referente a solicitação de visita na Casa da Mulher Matinhense, Ofício n°148/2024 referente a resposta para Vereadora Nívea de Matinhos, sobre a visita no município de Matinhos, Ofício n°149/2024 para o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher indicando para discussão a pauta Limites sobre Aborto Seguro, Ofício n°150/2024 referente a agradecimento aos alunos da UNICESUMAR pela socialização da Cartilha elaborada por eles, com a temática de Violência Obstétrica e Ofício n°151/2024 Resposta ao Grupo Dignidade sobre as faltas das Conselheiras que representam a entidade no CEDM/PR, finaliza dizendo que seriam estes os informes, a Presidente Ivanete agradece Kaomi e passa para o próximo ponto de pauta; item cinco; **5) Relatório das Comissões Permanentes: 5.1) Comissão de Trabalho e Autonomia:** Conselheiras presentes: Taís Adams Gramowski (APP/Sindicato), Celina Wotcoski (APP/Sindicato), Márcia Aparecida de Oliveira Neves (CUT), Maria Lúcia Raimondo (SETI), Mariana Silva da Costa (SETR), Demais presentes: Sionara de Paula, Anelise Bonatto (Apoios Técnicos), Sandra Paizani (SEMIPI), reunião ocorrida no dia 28 de novembro de 2024, ***Pauta 1*** – Retomar a discussão sobre a terceirização dos agentes 1 e 2 das escolas públicas e os impactos na vida de cerca de 15 mil mulheres do quadro de funcionárias da Educação. A terceirização das agentes 1 e 2 das escolas públicas da rede estadual ocorreu após a extinção de aproximadamente 90 carreiras em abril de 2020. Compreendemos que o desafio de educar é de todos e as funcionárias na escola também educam, logo, essas agentes não deveriam ter sido terceirizadas. Denunciamos a situação de desvalorização dessas agentes terceirizadas, os prejuízos após terceirização, entre eles, a precarização dos contratos, a redução do salário, os descontos na remuneração, a sobrecarga de trabalho, a falta de EPIs, o acumulo de férias. Segundo o Conselho Estadual do FUNDEB, houve um aumento de 67,38% nos custos para contratação, em 2020 o valor era de 320 milhões e passou a ser de 536 milhões em 2021, quase 216 milhões a mais. Apesar do aumento dos custos, e do salário mínimo nacional ser R$ 1.412 e salário mínimo estadual ser R$ 1.856,94, a remuneração para 40 horas é de R$ 1.429,00 e R$ 719,00 para 20 horas. Mesmo com a baixa remuneração essas funcionárias ao apresentar atestado médico ainda percebem descontos no auxílio alimentação, no auxílio transporte e dos dias de férias. Quanto a sobrecarga de trabalho entre os motivos a resolução desatualizada do porte das escolas, que diminui o número de funcionárias nas escolas. Entendemos que mesmo com redução do número de alunos permanece a estrutura de salas, cozinha, pátio e banheiros. Atualmente são 15 empresas que assumiram a contratação das funcionárias em todo Paraná, reivindicamos a valorização dessas trabalhadoras, a uniformidade dos contratos, o pagamento do piso no salário e não na remuneração total, o pagamento da insalubridade, a garantia dos EPIs, a fruição das férias, que a lei do porte considere também a estrutura da escola, entre outros. Destacamos ainda a divisão sexual do trabalho e destacamos nessa denúncia que a maioria destas trabalhadoras são mulheres, ***Parecer da Comissão***: Encaminhamos a realização de uma reunião extraordinária dessa Comissão de Trabalho e Autonomia, com a participação de outras Conselheiras que tenham interesse e disponibilidade, a secretaria estadual de

funcionárias da APP Sindicato e/ou uma representante das funcionárias, para levantamento das denúncias, análise dos contratos, e apontamentos dos pontos que prejudicam as funcionárias de escolas terceirizadas e necessitam de alteração. Nessa reunião deverão ser convocados por esse Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o SIEMACO – Sindicato que representa as agentes terceirizadas e a Superintendência do Trabalho – como órgão fiscalizador. É prioritário que nessa reunião tenha participação de ambas as entidades, mas na impossibilidade disso, sugerimos a realização de duas reuniões, para isso é necessário apontar uma possibilidade de data na convocação ainda nesse ano, ***Parecer do CEDM***: Maria Isabel: Solicitar à Secretária Leandre a intermediação junto ao Governador quanto às demandas do CEDM/PR no que tange às terceirizações na SEED, haja vista que não conseguimos avanços em reuniões com essa Secretaria. Mariana Neris: Incluir nas reuniões programadas pela Comissão a presença da SEMIPI e da Ouvidoria da Mulher Servidora/CGE, tendo em vista a preocupação com as escolas estaduais. Encaminhar o relatório das reuniões e encaminhamentos para conhecimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e para a SEMIPI, neste caso, com a intenção de contribuir para o aprimoramento do Programa Mulheres por Um Paraná sem Violência: 10 medidas para a servidora pública. Oficiar a ALEP bancada feminina, Procuradoria da Mulher e SESA sobre alerta das condições de trabalho; **5.2) Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**: Conselheiras presentes: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM), Carmen Regina Ribeiro (RFS), Carolina Pauleto Ferraz Zancan (SESP), Demais presentes: Fernanda Heberle (Apoio Técnico), reunião ocorrida no dia 28 de novembro de 2024, ***Pauta 1*** – Protocolo n° 22.752.594-0 Resposta SEMIPI sobre Ações do Verão Maior, ***Parecer da Comissão*:** Ciente das propostas, a comissão indaga: É viável produzir o material proposto em tempo hábil para ser inserido na operação verão? A quem caberia distribuição deste material e quais os locais a serem priorizados? Seria viável introduzir no material proposto alguns alertas mais específicos voltados para a prevenção como: cuidado com convites para subir a bordo de barcos de pessoas desconhecidas, cuidado com seu copo em bares ou festas, etc. Encaminhar para a SESP o mais urgente possível o ofício contendo o relato da Conselheira Maria Isabel e solicitar informações sobre a possibilidade de haver reforço de policiamento por meio do efetivo da operação verão voltado para esta região, com ações policiais da polícia militar e da polícia civil (delegacia móvel) especialmente para o público feminino, visando coibir crimes contra a dignidade sexual, violência doméstica e familiar, entre outros riscos específicos, ***Parecer do CEDM***: Retornar para a SEMIPI para maiores informações e acionar a SESP para ver a possibilidade de maior policiamento na região neste período, ***Pauta 2*** – Protocolo 22.449.960-4 Resposta SESP/PR – Funcionamento das delegacias 24 horas de Paranavaí, ***Parecer da Comissão***: Ciente. Verificar com Dra. Luciana se o problema de falta de efetivo na Delegacia da Mulher já foi resolvido com resposta na próxima reunião do pleno. Sendo a resposta positiva, encaminhar resposta da SESP para o Conselho Municipal de Paranavaí, ou caso não, remarcar para a próxima reunião da Comissão, ***Parecer CEDM***: Agregar a resposta oral da Delegada Luciana de Novaes que afirma haver efetivo suficiente composto por 6 agentes, 1 Delegado de Polícia e 1 Estagiário, diz também que as situações de flagrante delito são respondidas pela Central de Flagrantes e não há possibilidade de efetivo para a delegacia funcionar por 24 horas, ***Pauta 3*** – Protocolo 22.625.277-0 Resposta Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR solicitação de cadeira para mulher indígena no CEDM/PR, ***Parecer da Comissão***: Enviar ofício ao Conselho Indígena informando que, de acordo com a lei que institui o CEDM, atualmente inclusa na Lei 21926 de 11/04/2024 e o seu regimento interno, estabelecem que a Sociedade Civil se faz representar neste Conselho através de um processo eleitoral chamado através de um edital específico, a partir do qual as organizações não governamentais que atuam na área se inscrevem. Dessa forma, não é possível atender a justa reivindicação apresentada pelo CEPI/PR. No entanto é de interesse de todos que as mulheres indígenas estejam representadas neste Conselho e nesse sentido propomos desenvolver em conjunto com as organizações de mulheres indígenas e com o CEPI estratégias com vistas a possibilitar a presença de organizações indígenas nas próximas eleições que deverão ocorrer no segundo semestre de 2025. Enquanto isso não acontece, a presença das mulheres indígenas é muito bem vinda, como já temos feito nos últimos meses. Ouvi-las e encaminhar suas pautas é prioridade para o CEDM, ***Parecer CEDM***: Aprovado, ***Pauta 4*** – Relato da viagem a Casa da Mulher Matinhense e Participação no Fórum dos Conselhos do Litoral em Paranaguá no dia 19/11/2024. Presentes: a Presidente Ivanete e Conselheiras Carmen Regina e Maria Isabel, ***Parecer da Comissão***: Não foi apresentado na Comissão por não

estar concluído. O relato será apresentado diretamente no pleno após acordado entre as Conselheiras que estiveram presentes, ***Parecer CEDM***: Relato feito na plenária de hoje pela Conselheira Carmen Regina Ribeiro. Ciente. Encaminhar o relato para a SEDEF, **5.3) Comissão de Comunicação, Mobilização e Acompanhamento dos Conselhos Municipais**: Conselheiras presentes: Mariana de Sousa Machado Neris (SEMIPI), Adriana Siuta Lemos (SEMIPI), Kharin Bevervanso (SEAB), Terezinha Andrade Possebom (HUMSOL), Andriele Benato de Souza (SECID), Viviane Aparecida Ribeiro Santos (Casa Civil), Rosalina Batista (ASSEMPA), Sivana Rausis Fcachenco (ASSEMPA): Demais presentes: Deise Tokano e Priscila Alves da Silva (Apoios Técnicos), Kaomi Maltez Alves (SEMIPI), Pamela Ribeiro Velho (SEMIPI), Fátima Ikiko Yokohama (SEMIPI), Sandra Paizani (SEMIPI), reunião ocorrida no dia 29 de novembro de 2024, ***Pauta 1*** – Convite PUC/PR para participar do "Projeto Participação Social e Escrevivências de Lideranças Sociais e Femininas do Paraná" em parceria SEMIPI e PUC/PR (Apresentação Professora Jaci de Fátima Souza Candinato e Conselheira Adriana Siuta), ***Parecer da Comissão***: Ciente, ***Parecer do CEDM***: Ciente, ***Pauta 2*** – Aprovação do Calendário de Reuniões Ordinárias, Comissões e Conferências do CEDM/PR de 2025, ***Parecer da Comissão***: Aprovados os calendários, ***Parecer do CEDM***: Aprovado, ***Pauta 3*** - Proposta de Convocação para a Conferência Estadual dos Direitos da Mulher de 2025, ***Parecer da Comissão***: A comissão ciente das informações trazidas pela Vice Presidente Mariana, sugere a criação de uma Comissão Organizadora para tratar diretamente dos trabalhos da Conferência e que seja instituída nesta plenária, para que não se tenham atrasos nos encaminhamentos. Também foi proposto pela Comissão a elaboração de um documento a ser encaminhado para o Ministério das Mulheres que contenha as perguntas que necessitam de informações mais completas, sobre as etapas, metodologia e regimento das Conferências, ***Parecer do CEDM***: Formação de Comissão organizadora. Conselheiras Sociedade Civil: Carmen Ribeiro, Bruna Ravena, Maria Isabel Pereira Corrêa, Rosalina Batista, Maria Inez Barboza Marques, Márcia Aparecida de Oliveira Neves e Governamentais: Joseli Collaço, Cristina Viana de Jesus, Walquiria Onete Gomes, ***Pauta 4*** – Discussão referente a vice presidência do CMDM de Pato Branco estar ocupada por um homem, aprovação da minuta de ofício elaborada pela Conselheira Carmen Regina, ***Parecer da Comissão***: Aprovada a minuta. Encaminhamento do Ofício ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Pato Branco, ***Parecer do CEDM***: Aprovado, ***Pauta 5*** – Solicitação de entrevista Maria Eduarda Carlota e integro a equipe da pesquisa "Diagnóstico e Monitoramento dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs): a Gestão de Políticas Públicas para Mulheres no Brasil", conduzida pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pela Universidade de Brasília (UNB). O objetivo desta pesquisa é realizar um diagnóstico das estruturas administrativas voltadas para as políticas de gênero nos governos estaduais e municipais, além de fortalecer e monitorar os OPMs em todo o território brasileiro, ***Parecer da Comissão***: Ciente. Encaminhar para a plenária para verificar disponibilidade das Conselheiras em participar, ***Parecer do CEDM***: Responder ao e-mail confirmando que o Conselho participará e para tal solicita mais esclarecimentos sobre a pesquisa de forma que possa melhor indicar as Conselheiras para participarem. Gostaríamos de esclarecimentos sobre autorização do conselho de ética e assinatura do grupo focal. Se a pesquisa tem aprovação do conselho de ética, se possuir, encaminhar o roteiro de entrevista, de forma a melhor especificar os temas a serem abordados, também se é necessário o envio de algum documento, entre outras questões. O CEDM se dispõe a participar, contudo necessita de mais informações acerca do roteiro da entrevista. Carmen e Maria Inez formularão a resposta de e-mail; **5.4) Comissão de Planejamento e Orçamento**: Não teve Reunião desta Comissão por ausência de pauta, ***Incluídas pautas na plenária de hoje***: Atualização dos municípios, adesão do fundo a fundo e Alteração da Deliberação de 2024 referente a compra dos veículos para OPMs: A Assessora Técnica da SEMIPI Gessica Greschuk Ribeiro cumprimenta a todas e todos, inicia a explanação dizendo que mostrará o panorama da adesão e finalização do plano de ação dos municípios que foram contemplados para receber recursos estaduais por meio da Deliberação n° 11 de 2024 da última reunião deste Conselho, mostra em tela a planilha que constam 25 municípios contemplados agora na conclusão do processo, são eles: Atalaia, Bandeirantes, Candói, Corumbataí do Sul, Esperança Nova, Francisco Beltrão, Lunardelli, Mandaguari, Maringá, Marmeleiro, Mirador, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rondon, Salto do Itararé, São Jerônimo da Serra, São Manoel do Paraná, Serranópolis do Iguaçu, Terra Boa, Toledo, Três Barras do Paraná, Xambrê, Tapejara, Rio Branco do Sul e Carlópolis, finaliza dizendo que então, neste momento, tem 178 municípios beneficiados com a

política da mulher e em dois anos foram repassados mais de 18 milhões, a Vice Presidente Mariana de Sousa Machado Neris, Diretora de Políticas Públicas para Mulheres da SEMIPI, pede a palavra, agradece a equipe da SEMIPI, diz que tem muito orgulho dessa equipe e dessa gestão e que realmente o Paraná é pioneiro, conta que esteve em Brasília na semana passada no encontro de gestoras estaduais e todos os estados querem conhecer a experiência do Paraná, não só da gestão, mas do sistema inteiro de governança, pois tem uma Secretaria da Mulher, um Fundo Estadual, tem a oportunidade de levar os recursos para os municípios com autonomia, para os mesmos desenvolverem os seus projetos, os seus programas dentro dos municípios e isso já é referência não só nacional como também global, a seguir faz a leitura da minuta de alteração da Deliberação, após a leitura a seguinte Deliberação n° 12 de 2024 é aprovada pelas presentes: **DELIBERAÇÃO nº 12/2024 – CEDM/PR**. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR, reunido ordinariamente em 03 de dezembro de 2024, no uso das suas atribuições regimentais, e **CONSIDERANDO** a deliberação nº 008/2024 do CEDM/PR, que aprovou a destinação do valor de até R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), oriundos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM/PR), para a compra e destinação de veículos a municípios paranaenses que possuem Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) instituídos; **CONSIDERANDO** o resultado do procedimento licitatório para a aquisição dos veículos, fundamentado no quantitativo de OPMs que se tinha notícia até a data da deliberação nº 008/2024 do CEDM/PR, o qual tramita no protocolo nº 22.811.330-1 e **CONSIDERANDO** que o valor apresentado pela empresa vencedora do certame, que apresentou menor preço, é superior àquele originalmente aprovado por este Conselho, **DELIBERA Art. 1º** Pela alteração do artigo 1º da Deliberação nº 08/2024 – CEDM/PR para ajustar o valor de R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) para R$ 7.344.000,000 (sete milhões, trezentos e quarenta e quatro mil reais) para a compra e destinação de veículos aos OPMs. **Art. 2º** Pela alteração do artigo 5º da Deliberação nº 08/2024 – CEDM/PR para considerar elegíveis os municípios que tenham criado Organismo de Políticas para as Mulheres (OPM) até a data de aprovação desta nova Deliberação. **Parágrafo Único.** O município que já tenha adquirido veículo automotor com recursos oriundos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM) no último ano deverá - para pleitear o veículo objeto desta nova deliberação - comprovar que o uso do equipamento será destinado a finalidade distinta do escopo original, sob pena de inelegibilidade. **Art. 3º** A realização das ações previstas poderá ser estendida a outros municípios do Estado do Paraná, a depender da disponibilidade orçamentária e da viabilidade técnica, desde que atendidos os critérios previamente estabelecidos na Deliberação nº 08/2024 – CEDM/PR. **Art. 4º.** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação. **PUBLIQUE-SE** Curitiba, 03 de dezembro de 2024 Ivanete Paulino Xavier **Presidente do CEDM/PR**, a Presidente Ivanete agradece a todas e passa para o Relato da próxima Comissão; **5.5) Comissão de Legislação e Normas**: Conselheiras presentes: Ana Claudia Marochi (SINDIEDUTEC), Andrea Tramujas (SEEC), Silvana Rausis Fcachenco (ASSEMPA), Demais presentes: Giuliana Karoline Gressinger Gomes Mann (Apoio Técnico), Sandra Paizani (SEMIPI), Kaomi Maltez Alves (SEMIPI), reunião ocorrida no dia 27 de novembro de 2024, ***Pauta 1*** – Análise das faltas consecutivas das conselheiras representantes do Grupo Dignidade de acordo com o artigo 13° do Regimento Interno do CEDM/PR, **Parecer da Comissão:** O encaminhamento é no sentido de que a justificativa apresentada pelo Grupo Dignidade seja lida e analisada coletivamente em plenária, levando em conta o contexto e as circunstâncias atuais, tanto no que se refere às faltas consecutivas do grupo quanto ao rito de apreciação das justificativas, considerando a ausência de previsão expressa no regimento interno para a análise de defesa, ***Parecer CEDM*:** Após votação nesta plenária por unanimidade de todas as presentes foi excluído o Grupo Dignidade do CEDM/PR. Oficiar a entidade e oficiar a Central Integrada de Apoio Familiar (CIAF) como próxima a assumir as duas cadeiras com direito a voz e voto, ***Pauta 2*** - Construção do Plano de Trabalho de Comunicação do CEDM/PR em conjunto com a Comissão de Comunicação, Mobilização e Acompanhamento dos Conselhos Municipais, ***Parecer da Comissão*:** O encaminhamento é que a questão seja novamente pautada e que as sugestões sejam debatidas, bem como haja elaboração de tópicos principais que orientem a discussão e a aprovação do plano pela Comissão, assegurando clareza e objetividade para os integrantes, com posterior encaminhamento à plenária para deliberação. Caso necessário, sugere-se a formação de um GT específico para aprofundar a análise e desenvolver os detalhes do plano de trabalho, reunindo representantes das comissões pertinentes, ***Parecer do CEDM***: Conselheiras encaminharem as sugestões e

ideias para a Comissão de Comunicação pelo link do drive da plataforma Google; a Presidente Ivanete agradece pelos relatos das Comissões, a Conselheira Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM) pede a palavra, diz que a Carol que é Assessora da Associação de Mulheres Indígenas Organizadas em Rede (AMIOR), lhe enviou uma mensagem informando que recebeu uma denúncia da prisão de uma jovem indígena na terra indígena Rio das Cobras, que ela teria sofrido uma agressão do marido disse que queria se separar e então o marido recorreu ao cacique que estabeleceu prisão para ela de 30 dias e silêncio comunitário, conta que ela tem 18 anos e tem uma filha com um ano de idade, então indaga, cadê a Lei Maria da Penha para as mulheres indígenas, como que uma jovem de 18 anos vai ficar um mês sem comunicação e sem comunicação com a filhinha de um ano que deve estar até mamando ainda, diz que é muito triste uma situação de estar em um País onde as mulheres já conseguiram alguns avanços, mas não todas as mulheres e esses avanços deveriam ser para todas, a Colaboradora Dra. Helena Grassi Fontana do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM) pede a palavra, diz que esse caso da prisão da indígena também chegou até ela e então a Defensoria articulou para tentar a resolução, fizeram contato com o Felipe antropólogo da SEMIPI, pediram ajuda, também fizeram contato com o Cacique para solicitar que ela fosse liberada e ela já foi liberada, ela não está mais presa, já está com a filhinha novamente, a Presidente Ivanete agradece as falas e passa para o próximo ponto de pauta; item seis; **6) Informes da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI)**: A Secretária Executiva do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), Taise Alessandra Passos, representante da Diretoria dos Povos e Comunidades Tradicionais da SEMIPI pede a palavra, cumprimenta a todas e todos, diz que irá informar sobre a Conferência e sobre o caso da prisão da indígena no território Rio das Cobras, fala que como a Dra. Helena comentou, o Felipe Kamaroski, que é o antropólogo que trabalha na SEMIPI já foi conversar com o Cacique de Rio das Cobras, e quando ele foi conversar com o Cacique a indígena já não estava mais presa porém, havia o boato de que ela seria expulsa da aldeia, então isso já foi conversado, já foi resolvido, não existe mais a preocupação da indígena ser expulsa ou voltar a ser presa, fala agora que vai acontecer a Conferência das Mulheres Indígenas Territorial na próxima semana, instituída pelo Ministério das Mulheres e pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), diz que a SEMIPI foi convidada para apoiar na estrutura e na alimentação das mulheres indígenas e a parte da mobilização das mulheres, tanto do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná foi feita pela própria ANMIGA, o pagamento do transporte também será feito pela ANMIGA, a organização é única e exclusiva da mesma, fala que a SEMIPI recebeu um ofício solicitando algumas coisas tais como, tendas, mesas, cadeiras, cestas básicas, a SEMIPI já conseguiu água, café e cestas básicas e para o restante, tendas cadeiras e banheiro químico já foi iniciado o processo de contratação, porém sabe-se que é um processo bastante burocrático, continua explicando que a ANMIGA já está elaborando uma lista com os órgãos e entidades que serão convidadas, tanto pela ANMIGA quanto pela SEMIPI, um convite conjunto pois como já havia sido pontuado a Conferência não é aberta ao público visto que o local onde acontecerá a mesma, na floresta metropolitana de Piraquara, é um território limitado em questão de estrutura física e em questão de saneamento, portanto precisa ser sustentável para o território que vai receber, diz que os convites serão direcionados para Câmara Técnica de Mulheres Indígenas, para um representante do Ministério Público e da Defensoria, para somente uma ou duas pessoas da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres e da Diretoria de Igualdade Racial, finaliza dizendo que a data da Conferência vai ser do dia 10 ao dia 12 de dezembro, sendo o dia 9 a chegada das mulheres indígenas, instalação da estrutura, abertura no dia 10, dia 13 o retorno das mulheres para casa e desmonte da estrutura do evento, a Presidente Ivanete agradece Taise pelos informes, a Vice Presidente Mariana de Sousa Machado Neris, Diretora de Políticas Públicas para Mulheres da SEMIPI, pede a palavra, diz que gostaria de fazer alguns informes, primeiramente contar que participou, na semana passada juntamente com a Secretária Leandre Dal Ponte, do “Encontro de Gestoras Estaduais da Política da Mulher” em Brasília com o Governo Federal, com a Ministra da Mulher Cida Gonçalves, e nesse Encontro foram recebidos alguns documentos para conhecimento dos Estados, o primeiro é o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens o qual já foi pedido o envio para este Conselho, então no início do próximo ano talvez já se possa fazer uma discussão, trabalhar a prioridade dessa política como uma política estadual, pois ainda não se teve a oportunidade de debater neste Conselho após as diretrizes que o Governo Federal trouxe e que se teve

conhecimento agora, fala que também receberam neste Encontro uma publicação do diagnóstico e propostas para o enfrentamento à violência política contra as mulheres no Brasil, um relatório final que foi produzido pelo grupo de trabalho interministerial de enfrentamento à violência política contra as mulheres, diz que é um material potente para se construir o terceiro Plano Estadual dos Direitos da Mulher no próximo ano, e por fim conta que firmaram um compromisso protocolar, o Governo do Estado do Paraná, com a Ministra Cida, de Pacto Nacional de Prevenção e Enfrentamento aos Feminicídios, assunto este já conhecido do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento à Violência e que será reformulado, diz que o Comitê será ampliado para incluir a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura, com a prioridade de contemplar também os compromissos que o Governo Federal propôs, será uma ação intersetorial, sem dúvida interinstitucional também, não é um compromisso do Governo é um compromisso da sociedade, porque todos tem que estar comprometidos com a prevenção da violência, as escolas, as sociedades civis, os governos, os municípios, os Estados, vai finalizando dizendo que gostaria de reforçar os convites que foram feitos pelo Grupo de WhatsApp e também oficialmente para o Conselho, convites para os eventos da SEMIPI, no dia de amanhã no Museu Oscar Niemeyer, no período da manhã a palestra “Se as Mulheres projetassem a cidade” a ser proferida pela palestrante internacional May East que é formada pela UNITAR, que é a Universidade da ONU, conta que ela tem trazido para o Paraná a tradução de um livro que já foi publicado em outros países e escolheu o Paraná para fazer o lançamento desse livro, onde ela apresenta 33 pontos de alavancagem para que as cidades possam ser melhores para se viver, a partir do olhar das mulheres sobre a cidade, e também no MON no período da tarde o evento “Selo Turismo, Viajantes Mais seguras”, um programa desenvolvido juntamente com a Secretaria de Turismo, fala que para este evento foram convidadas várias instituições e estabelecimentos do “trade” do turismo, restaurantes, hotéis, empresas de turismo, que já aderiram à proposta de formação apresentada em parceria com o SEBRAE, para que esses estabelecimentos sejam mais seguros para as mulheres, então eles participaram de um processo de formação, foram certificados e amanhã no evento irão receber o Selo para colocar no seu estabelecimento, fala que em torno de 70 estabelecimentos já se comprometeram em fazer o apoio para as mulheres, o que significa também que irão adotar o “protocolo Não é Não”, fala que nos dias 5 e 6 acontecerá o evento do CRAM e também terá no Município de Pinhão o início da primeira turma da Cátedra de Empoderamento Feminino, um projeto feito com a UNICENTRO, com recursos do fundo e a meta é formar até 10 mil mulheres protagonistas da sua história, diz que isso é muito potente, o que o Conselho já está sedimentando, já está consolidando, finaliza os informes dizendo que gostaria de apresentar as Convidadas que estão presentes na plenária de hoje, a Servidora Deise Tokano que atende o polo regional da SEMIPI de Londrina e a mais nova aquisição a Servidora Lucimar Camilo que vai iniciar o segundo polo regional da SEMIPI em Pitanga, agradece a todas as Conselheiras pela colaboração, pelo apoio durante este ano que foi um ano bastante desafiador, agradece a equipe da Secretaria Executiva e da SEMIPI e deseja a todas um Feliz Natal, um Ano Novo abençoado com muita saúde, a Presidente ivanete agradece Mariana e passa para o próximo ponto de pauta; item sete; **7) Palavra das Conselheiras**: A Conselheira Márcia Aparecida de Oliveira Neves da CUT pede a palavra diz que nessa semana terá a consulta da Secretaria de Estado da Educação com relação aos parceiros da escola que é uma pauta que ela da CUT sempre traz para este Conselho mostrando que este programa é nocivo para as trabalhadoras da educação, fala que nessa semana participou de algumas reuniões com comunidades escolares e gostaria de deixar registrado nessa plenária o seu repúdio a forma como foram conduzidas essas reuniões, em especial o repúdio a uma equipe da SEED que esteve em Guarapuava quando o representante do jurídico da SEED as tratou de forma desrespeitosa até perante os pais de alunos(as), acusando-as de não deixarem a SEED falar, disseram que a APP/Sindicato não poderia se manifestar durante a reunião, porém elas tinham uma orientação do Ministério Público de que poderiam sim participar dessas reuniões, conta que esse mesmo representante jurídico da SEED que as tratou de forma desrespeitosa orientou a direção da escola a chamar a Patrulha Escolar, agindo de forma machista, mandando elas se calarem durante a reunião da comunidade escolar, também ele estava fazendo uso de cigarro eletrônico na frente da escola e então ela questionou, porque inclusive estiveram presentes em uma audiência pública sobre os malefícios do cigarro eletrônico e a SEED estava presente nessa audiência, então traz também o seu repúdio a este fato para que fique registrado, diz que elas, como educadoras, estão combatendo esse tipo de prática nas escolas, esses dispositivos eletrônicos que tanto mal

fazem para a saúde dos estudantes e um representante do jurídico da SEED fazendo uso deste dispositivo em frente a escola, finaliza dizendo que o programa parceiros da escola vai trazer grandes prejuízos para a educação pública do Paraná e, principalmente, para as educadoras e educadores, diz que quando ela traz a denúncia, é justamente para alertar a sociedade sobre os malefícios desse tipo de projeto que traz a empresa que vai ter lucro em cima das verbas da educação, verba pública para educação, além de colocar em risco as carreiras das professoras(es), porque a contratação dos professores será feita diretamente pela empresa e não pelo governo, o governo lava as suas mãos, lava a mão de administrar, finaliza a sua fala dizendo que fica registrado nesta plenária o repúdio da Central Única dos Trabalhadores(as) a estes fatos, a Presidente Ivanete agradece Márcia pela sua fala, a Conselheira Taís Adams Gramowski pede a palavra, diz que nesse sentido também, a APP/Sindicato vem lutando contra a privatização das escolas públicas desde que esse projeto foi aprovado no dia 5 de junho, então, já se passaram cinco meses com uma série de arbitrariedades, um dos exemplos é que o último decreto que saiu afirmava que se não desse “quorum” os votos não seriam escrutinados e a sede que iria decidir ou não pela privatização, portanto também o repúdio da APP/Sindicato a esse fato, pois se a lei prevê uma consulta à comunidade, essa consulta deve ser respeitada, conta que nesse momento, a APP/Sindicato conseguiu uma medida cautelar para que não seja imposta essa decisão pela Secretaria de Estado da Educação e a votação irá acontecer agora sexta, sábado e segunda-feira, diz que a APP também questiona como que uma consulta pública impede a votação dos adolescentes de 16 e 17 anos, afinal se eles podem votar para Prefeito, para Governador, para Presidente, como que eles não tem o direito de escolher qual será o futuro do seu colégio, fala também que a privatização fecha o ensino noturno, assim os alunos inicialmente já serão prejudicados, porque a partir do modelo implementado, não tem o funcionamento do noturno, fala que a denúncia que a APP/Sindicato fez hoje é com relação as funcionárias terceirizadas, pois apesar das mesmas terem uma remuneração baixíssima, desvalorização, desconto quando apresenta atestado médico, ainda assim serem mandadas embora de um dia para o outro é muito injusto, diz que a privatização precariza as relações de contrato, os professores e funcionários concursados na imensa maioria saem e tem a contratação via CLT, com rebaixamento de salário, de hora atividade, assim como para as funcionárias terceirizadas existe o pagamento do salário mínimo na remuneração total, da mesma forma isso acontece com os professores nos colégios privatizados, sendo um processo arbitrário que quer impor o resultado, fala que como Diretora Estadual da APP/Sindicato acompanha as reuniões nos colégios em diversas cidades do Estado, e sempre a polícia impede a entrada do sindicato nas reuniões, diz que a APP tem uma recomendação do Ministério do Trabalho visto que como sindicato tem o direito de entrar nos colégios, tem o direito de participar dessas reuniões, afinal é algo que interfere nos direitos da categoria que a APP/Sindicato representa, destaca que quando se privatiza, terceiriza, sempre aumentam os custos, pioram as condições para o trabalhador, pois é um contrato, não está previsto investimento nessas escolas, está previsto apenas reforma e manutenção e atualmente as escolas públicas já têm reforma e manutenção, então qual a necessidade dessa terceirização, dessa privatização, de forma arbitrária, cerceando o espaço, finaliza a sua fala dizendo que gostaria de deixar registrado nessa plenária o repúdio a esse projeto autoritário que não dialoga com o sindicato que representa os professores, que não dialoga com os diretores, com os professores e que isso acaba vindo de forma imposta, a Presidente Ivanete agradece e diz que é muito triste ouvir todos esses relatos, que ela também como educadora, embora não esteja mais em sala de aula, sente-se muito atingida, porque é onde se espera que venha a questão da construção da cultura da paz, de que se tenha de fato uma sociedade mais inclusiva, mais participativa, fica bem entristecida com esse tipo de relato, a Conselheira Maria Isabel pede a palavra, diz que gostaria de se desculpar com esse Conselho porque havia se proposto a ir para Londrina, para a conversa com a Reitora da UEL, mas não foi possível, não foi possível a compra de passagem de avião e não teria condições de ir de ônibus visto que está com problemas de saúde, problema na coluna vertebral, mas fala que se coloca à disposição para outras tarefas deste Conselho, que espera poder cumprir para o ano que vem, agradece muito o evento que tiveram na noite de ontem, o jantar de confraternização das Conselheiras, diz que é bem importante poderem se encontrar em outro espaço onde possam de fato se reconhecer como as pessoas que são, e não só como Conselheiras, finaliza a sua fala dizendo que gostaria de deixar uma mensagem de esperança, que no próximo ano, ano em que terão tanto trabalho, deseja que ele seja, de fato, um ano de esperança, que se consiga

esperançar uma sociedade melhor, então, a mensagem é para que todas tenham um Natal abençoado, um ano novo cheio dessa esperança, que venham revigoradas para essa luta toda que se terá no ano que vem, diz que embora às vezes fiquem meio desesperançadas, porque tem coisas que não acontecem como a gostariam, no tempo que gostariam, mas é sempre possível e tem que esperançar, a Presidente Ivanete agradece Maria Isabel, agradece todas as Conselheiras, Convidadas(os), Colaboradoras(es), agradece também por hoje, por estarem finalizando a última reunião do ano de 2024, e reiterando todas as palavras de esperançar, que já foi falado, que deixem trazer à memória aquilo que traz esperança, e com essa palavra encerra a reunião ordinária desse dia. Esta ATA foi degravada por Sandra Cristina Hey Paizani Assessora da SEMIPI, e será encaminhada as Conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada no DIOE e publicizada no site do CEDM/PR.



Publicado no DIOE n°11839 em 06/02/2025